



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de março de 2013, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte

Audição do Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência, para balanço do mandato

2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 121/XII, 122/XII e 123/XII, relativas às reuniões de 8 e 13 de março

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o ponto de situação da reestruturação do setor empresarial do Estado no domínio dos Transportes.

3. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição de um conjunto de entidades sobre o desenvolvimento do plano estratégico para o Porto de Lisboa em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar e a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

4. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 126/XII/2ª (GOV) – Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

5. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 130/XII/2.ª (GOV) – Proceda à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

6. Nova apreciação dos PJI n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.ª (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.ª (PSD-CDS-PP) – Procede à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem.

7. Nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 608/XII/2.ª – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o relançamento do sector da construção civil, e n.º 592/XII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo medidas dirigidas ao setor da Construção Civil e Imobiliário, em particular nas Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave.

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 621/XII/2.ª – Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão através de financiamento comunitário.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

9. Apreciação e votação do Parecer referente ao “Pacote ferroviário”, constituído pelas [COM(2013)26], [COM(2013)27], [COM(2013)28], [COM(2013)29], [COM(2013)30], [COM(2013)31].

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

10. Apreciação e votação do Parecer referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

11. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União [COM(2013)48]

Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)

12. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à segurança geral dos produtos e que revoga a Diretiva 87/357/CEE e a Diretiva 2001/95/CE do Conselho [COM(2013)78]

Relator: Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)

13. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 132/XII/2ª (GOV) – Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo.

Relator: Cabe ao PS

14. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 376/XII/2.ª (PEV) – Estabelece o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados de 1 de janeiro, 25 de abril, 1 de maio e 25 de dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96 de 20 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro

Relator: Cabe ao PSD



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.^a SL

15. Outros assuntos

1.^a parte

Audição do Senhor Presidente da Autoridade da Concorrência, para balanço do mandato

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Professor Manuel Sebastião, Presidente da Autoridade da Concorrência e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial, na qual fez o balanço do seu mandato.

Usaram depois da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Fernando Serrasqueiro (PS), Paulo Baptista Santos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Presidente da Autoridade da Concorrência respondido às questões colocadas em conjunto.

Terminada a audição, e considerando que seria a última presença na Comissão do Professor Manuel Sebastião enquanto Presidente da Autoridade da Concorrência, o Senhor Presidente cumprimentou-o e desejou-lhe felicidades para as suas funções futuras.

A audição foi objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponível na página da Comissão na Internet.

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.^{os} 121/XII, 122/XII e 123/XII, relativas às reuniões de 8 e 13 de março

Submetidas a votação foram as atas n.^{os} 121/XII, 122/XII e 123/XII, relativas às reuniões de 8 e 13 de março, aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

2. Apreciação e votação do requerimento do PSD e CDS-PP para audição do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o ponto de situação da reestruturação do setor empresarial do Estado no domínio dos Transportes.

Após a apresentação do requerimento pelo Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento do PSD para audição de um conjunto de entidades sobre o desenvolvimento do plano estratégico para o Porto de Lisboa em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar e a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

O Senhor Presidente usou da palavra para anunciar a entrega de um requerimento do PS sobre a matéria em apreciação. Nesse sentido, propôs a discussão conjunta dos requerimentos apresentados pelo PSD e pelo PS.

Interveio o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para mencionar que, tendo dúvidas sobre o assunto, o PSD propunha a realização de audições específicas. Porém, considerava que na parte deliberativa dos requerimentos estava contida a matéria relevante, devendo ser alargado o leque de reflexão a mais duas Comissões.

O Senhor Presidente, pronunciando-se sobre a logística das audições a adotar, propunha a criação de um grupo de trabalho, sempre presidido por um Presidente de cada Comissão, pelo menos.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) usou da palavra para dizer que o GPPS enfatizava as audições da Agência Portuguesa do Ambiente, da Junta Metropolitana de Lisboa e das Câmaras Municipais do Barreiro e de Almada. Sendo consideradas matérias multidisciplinares, a liderança das audições deveria caber à CEOP, que deveria dirigir convite às outras duas Comissões.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para concordar com a parte deliberativa dos dois requerimentos e com as audições propostas e, ainda com a metodologia apresentada pelo Senhor Presidente, com a interpretação dada pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) no tocante à liderança pela CEOP. Em relação ao requerimento do PSD propunha que se acrescentasse a audição da operadora ferroviária CP CARGA, a ser efetuada de forma conjunta.

Em seguida, o Senhor Presidente pedia aos Coordenadores dos GP na CEOP que procedessem à agregação das audições.

Submetidos a votação foram os requerimentos apresentados pelo PSD e PS aprovados por unanimidade, considerando as sugestões do PSD, PS e PCP.

4. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 126/XII/2ª (GOV) – Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

A apresentação sucinta do parecer esteve a cargo da Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) a que se seguiram as intervenções dos Senhores Deputados Nuno Serra (PSD); Fernando Serrasqueiro (PS), para dizer que, sendo obrigatória a audição do Conselho Nacional do Consumo, deveria a mesma ter sido referenciada e alertar para a falta de correspondência entre as contraordenações e os artigos a que respeitavam, configurando uma situação que o Governo teria que suprir; Paulo Baptista Santos (PSD), para se referir no mesmo sentido e dizer que se o artigo 2.º da PPL fazia referência às coimas, a Assembleia da República (AR), em sede de especialidade, teria que ter o conhecimento exato da matéria a ser votada; Bruno Dias (PCP), para dizer que, estando a questão identificada, no anteprojeto de Decreto-Lei, a Assembleia da República teria que deter o conhecimento do texto pretendido pelo Governo, podendo ser objeto de votação apenas os artigos da proposta de lei e devendo as discrepâncias ser assinaladas junto daquele.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

Submetido a votação o parecer referente à Proposta de Lei n.º 126/XII/2.ª (GOV) foi aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de Lei n.º 130/XII/2.ª (GOV) – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

Após a apresentação do parecer pelo Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Nova apreciação dos P JL n.º 230/XII/1.ª (BE) – Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, n.º 325/XII/2.ª (PCP) – Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem, e n.º 359/XII/2.ª (PSD-CDS-PP) – Procede à 7.ª alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora neste domínio, alterando o barramento seletivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente, de acordo com o consensualizado, referiu que seria solicitada prorrogação de prazo para apreciação destes diplomas por mais 30 dias.

7. Nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 608/XII/2.ª – Recomenda ao Governo a tomada de medidas para o relançamento do sector da construção civil, e n.º 592/XII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo medidas dirigidas ao setor da Construção Civil e Imobiliário, em particular nas Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave.

Na sequência da distribuição do texto de substituição sobre a matéria em apreciação, interveio o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) para dar menção das alterações introduzidas e agradecer o consenso obtido com o GPPS.

Em seguida, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) usou da palavra para dizer que o GPPS se revia na proposta de agregação apresentada mas teria que ser feita uma pequena precisão no ponto 3.º do texto de substituição, isto é, acrescentar “e das regiões de Lisboa, Porto e Algarve” a seguir a “...Cávado e do Ave...”.

O Senhor Presidente submeteu, então, a votação, a aceitação do texto de substituição, tendo o mesmo sido aceite.

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 621/XII/2.ª – Recomenda ao Governo que apoie a recuperação do Mercado do Bolhão através de financiamento comunitário.

Não havendo alterações a fazer à informação, iria a mesma ser remetida a Plenário, a fim de ser votado o Projeto de Resolução.

9. Apreciação e votação do Parecer referente ao “Pacote ferroviário”, constituído pelas [COM(2013)26], [COM(2013)27], [COM(2013)28], [COM(2013)29], [COM(2013)30], [COM(2013)31].



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

O parecer foi sucintamente apresentado pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), após o que, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

10. Apreciação e votação do Parecer referente ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado, tendo o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) reiterado o pedido de contributos aos GP, uma vez que só tinha recebido um contributo da parte do Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS).

11. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União [COM(2013)48]

Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)

Após a apresentação do parecer pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

12. Apreciação e votação do parecer referente à Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à segurança geral dos produtos e que revoga a Diretiva 87/357/CEE e a Diretiva 2001/95/CE do Conselho [COM(2013)78]

Relator: Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)

Após a apresentação do parecer pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi o mesmo submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

13. Nomeação de relator para a Proposta de Lei n.º 132/XII/2ª (GOV) – Aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos sectores privado, público e cooperativo.

Relator: Cabe ao PS

Foi designado relator da Proposta de Lei n.º 132/XII/2ª (GOV) o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)

14. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 376/XII/2.ª (PEV) – Estabelece o encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços nos feriados de 1 de janeiro, 25 de abril, 1 de maio e 25 de dezembro, alterando o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, modificado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 216/96 de 20 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 111/2010, de 15 de outubro

Relator: Cabe ao PSD

Foi designada relatora para o Projeto de Lei n.º 376/XII/2.ª (PEV) a Senhora Deputada Cláudia Aguiar (PSD). Foi, ainda mencionado que a aprovação do relatório seria realizada na reunião da CEOP do dia 3 de abril, uma vez que iria a Plenário no dia 4 de abril.

15. Outros assuntos

O Senhor Presidente interveio para referir que tinha chegado à Comissão a redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 453/XII, 557/XII e 559/XII, e que, não havendo votos contra, ficava a mesma fixada neste ponto da ordem do dia.

Em seguida, O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) usou da palavra para recordar que no dia 25 de março, às 14h30, teria lugar, na Sala do Senado da Assembleia da República, a audição pública sobre o Livro Verde sobre Práticas



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

Comerciais Desleais, matéria enquadrada no domínio do Grupo de Trabalho “Grande Distribuição e Produção Nacional”.

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de março de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Drago
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Cristóvão Crespo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Leite Ramos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira